

Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2011

Autoria: Senador José Pimentel (PT/CE)**Iniciativa:****Ementa:**

Acrescenta o § 3º ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, para equiparar as prerrogativas processuais do advogado dativo às do defensor público.

Explicação da Ementa:

Acrescenta o § 3º ao art. 14 da Lei nº 1.060/1950 para dispor que o profissional liberal designado para desempenhar o encargo de advogado dativo gozará das mesmas prerrogativas processuais outorgadas aos defensores públicos, nos Estados onde não existam Defensorias Públicas organizadas.

Assunto: Jurídico - Processo**Data de Leitura:** 20/04/2011**Tramitação encerrada****Decisão:** Arquivada ao final da Legislatura (art.**Último local:** -**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Despacho:****20/04/2011 (despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**

Senador Jorge Afonso Argello (encerrado em 22/12/2014 - Fim de Legislatura)

TRAMITAÇÃO**21/12/2018** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Ação:** A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.**21/12/2018** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.**10/03/2015** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

23/12/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.

01/08/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

29/01/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido às 17h pelo Senador Gim, sem alteração no relatório, com voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

15/05/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Encaminhado ao gabinete do relator, Senador Gim Argello, para reexame do Relatório.

09/05/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido nesta Comissão, às 14 horas e 26 minutos, o relatório do Senador Gim Argello, com voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

01/03/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Gim Argello, para emitir relatório.

29/04/2011 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Matéria aguardando distribuição.

25/04/2011 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria recebida nesta Comissão.

Prazo para apresentação de emendas:

TRAMITAÇÃO

Primeiro dia: 25/04/2011.
Último dia: 29/04/2011.

20/04/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 12035-12037

20/04/2011 SF-PLG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 05 (cinco) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 178/2011

Data: 20/04/2011

Autor: Senador José Pimentel (PT/CE)

Local: null

Descrição/Ementa: Acrescenta o § 3º ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, para equiparar as prerrogativas processuais do advogado dativo às do defensor público.

Legislação citada

Data: 20/04/2011

Autor: -

Local: null

Avulso inicial da matéria

Data: 20/04/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Quadro Comparativo

Data: 23/05/2011

Autor: -

Local: null

Relatório Legislativo

DOCUMENTOS

Data: 09/05/2012

Autor: Senador Jorge Afonso Argello (PTB/DF)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido nesta Comissão, às 14 horas e 26 minutos, o relatório do Senador Gim Argello, com voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Relatório Legislativo

Data: 29/01/2014

Autor: Senador Jorge Afonso Argello (PTB/DF)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Devolvido às 17h pelo Senador Gim, sem alteração no relatório, com voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.